

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica

PLOA 2016

R\$ 1,00

receitas correntes	R\$ 1.415.530.910.754	despesas correntes	R\$ 1.692.366.493.234
receitas de capital	R\$ 1.448.455.174.058	despesas de capital	R\$ 1.170.756.862.732
receitas intraorçamentárias	R\$ 39.438.964.529	reservas	R\$ 40.301.693.375
<b>total das receitas</b>	<b>R\$ 2.903.425.049.341</b>	<b>total das despesas</b>	<b>R\$ 2.903.425.049.341</b>

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2016 prevê um déficit orçamentário. Essa é a primeira vez na história que o governo entrega uma proposta orçamentária admitindo déficit nas suas contas. A tabela apresentada mostra o resumo da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade por categoria econômica.

A respeito dessa tabela e dos assuntos a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

- 51 A existência de déficit orçamentário no PLOA desrespeita o princípio do equilíbrio orçamentário.
- 52 O fato de o PLOA da União, dos estados e dos municípios compreender os orçamentos fiscais, da seguridade e de investimento das estatais está em consonância com os princípios da unidade e da universalidade.
- 53 As receitas intraorçamentárias são receitas correntes, pertencentes a terceiros, arrecadadas pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução.
- 54 Analisando-se a tabela, verifica-se a existência de déficit corrente, o qual está sendo custeado pelo superávit de capital.

Com relação à lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

- 55 A LOA prevalece e interfere nas relações entre os sujeitos passivos e ativos das diversas obrigações tributárias.
- 56 A reserva de contingência é uma dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.
- 57 É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na LOA, desde que seja justificado ao Poder Legislativo.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens relativos às despesas públicas.

- 58 As despesas com pessoal das empresas estatais federais dependentes estão sujeitas a limites específicos, compreendidos nos limites atribuídos ao Poder Executivo federal.
- 59 Para os efeitos de aplicação da LRF, a TELEBRAS está incluída na categoria de empresa estatal dependente.
- 60 O saldo da dívida consolidada líquida (DCL) é obtido deduzindo-se da dívida consolidada as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.
- 61 Caso um dado ente federado, ao final do segundo quadrimestre de 2015, tenha ultrapassado o limite de gasto com pessoal em R\$ 600 milhões, isso significará que, até o final de dezembro de 2015, ele deverá reduzir em no mínimo R\$ 300 milhões a despesa com pessoal, sob pena de ficar impedido de receber transferências voluntárias a partir de janeiro de 2016.
- 62 Caso seja ultrapassado o limite de gasto com pessoal e se esgotem tanto as providências elencadas na LRF quanto o prazo legal para sanear a situação, o ente federado poderá demitir servidores estáveis.

Com relação à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), julgue os itens subsequentes.

- 63 A LDO deve conter demonstrativo da estimativa de receita e prever a compensação da renúncia de receita.
- 64 A LDO deve ser acompanhada de anexo com a avaliação dos passivos contingentes.

A empresa estatal Alfa contratou serviços contínuos de reprografia, cópias e impressões no valor mensal inicial de R\$ 100.000,00 com a empresa Cópia, e o prazo de vigência do respectivo contrato completará sessenta meses em pouco mais de noventa dias a contar desta data. Preocupada com o que fazer no período seguinte, a administração da estatal elaborou consulta sobre quais opções poderiam ser adotadas para que os serviços não venham a ser interrompidos.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 65 O contrato administrativo em apreço só poderá ser prorrogado em caso de situação excepcional, devidamente justificada pela unidade requisitante e autorizada pela autoridade superior, limitada a prorrogação ao máximo de doze meses.
- 66 Se ocorrer o vencimento do contrato, será possível, a partir de então, firmar nova contratação com a empresa Cópia, mantidas as condições do contrato anterior, pois, nesse caso, tratar-se-á de situação emergencial, em que a legislação assegura a possibilidade de dispensa de licitação, podendo o período de vigência do novo contrato ser estabelecido livremente pela administração.
- 67 Como dispõe de pelo menos noventa dias para efetuar nova contratação, a estatal Alfa poderia optar por deflagrar novo procedimento licitatório; entre as modalidades existentes de contratação de serviços não submetidas a valor máximo, o pregão é a que tem o menor prazo obrigatório entre a publicação do aviso da licitação e a data de abertura do certame.

- 68 Qualquer que seja a opção legal escolhida para garantir a continuidade da prestação dos serviços, será obrigatória a apresentação de garantia contratual, por parte da empresa que será contratada, em percentual e modalidade a serem estipulados pela estatal.
- 69 A situação em apreço corresponderá a hipótese de inexigibilidade de licitação, desde que configure serviço comum.

Com o decorrer do tempo, a frota de veículos de passeio da empresa estatal Beta alcançou a vida útil de cinco anos de uso em média. Assim, a autoridade superior designou equipe de avaliação para averiguar se seria mais vantajoso manter os atuais veículos, com os gastos de manutenção, ou efetuar nova contratação, e, ainda, se, no caso de nova contratação, seria mais vantajoso alugar ou adquirir veículos. Por último, a autoridade recomendou que se verificasse, junto aos setores que não tinham veículos exclusivamente à sua disposição, se haveria necessidade, a partir de então, de se lhes atribuir tal prerrogativa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 70 Qualquer que seja a opção adotada para a substituição de sua frota de veículos, a empresa Beta estará obrigada, para a formalização do contrato ou instrumento equivalente, a informar a respectiva dotação orçamentária para fazer face às despesas com o objeto, inclusive se for adotado o sistema de registro de preços.
- 71 Se o parecer da equipe de avaliação for favorável à compra de novos veículos e o montante desse dispêndio importar em R\$ 650.000,00, então a empresa Beta poderá utilizar-se da modalidade pregão eletrônico.
- 72 Caso, com base no parecer da equipe de avaliação, se opte pela locação, mas seja imprecisa a quantidade de veículos a serem locados, e se cada um dos setores que passarão a contar com veículo exclusivo tiver de receber a sua unidade em período distinto, de forma que seja imprescindível o estabelecimento de entregas parceladas, poderá a administração pública utilizar-se do sistema de registro de preços.
- 73 Independentemente da opção que for adotada pela autoridade superior no caso de nova contratação — aluguel de veículos ou compra de novos —, depois de firmado o contrato, a administração terá a prerrogativa de acrescer unilateralmente o quantitativo adquirido ou alugado em até 55% do valor total atualizado do contrato, respeitados os índices setoriais estabelecidos no respectivo edital de licitação.
- 74 Na hipótese de a empresa Beta optar pela aquisição de novos veículos, se a contratada atrasar a entrega dos bens, sem apresentar a devida justificativa, estará sujeita à multa de mora, independentemente de haver previsão no edital ou no contrato, e à emissão de declaração de inidoneidade.
- 75 Caso se decida inicialmente pela locação de veículos, e, ao longo do contrato, a economia brasileira sofra alterações que interfiram no resultado da análise de viabilidade, poderá a administração usar o saldo ainda não utilizado do contrato para converter a locação em aquisição, desde que a contratada aceite fornecer veículos zero quilômetro.

A empresa estatal Gama lançou edital de licitação por concorrência pública para contratação de serviço de engenharia não caracterizado como serviço comum com valor máximo de R\$ 3.000.000,00 e critério de julgamento por melhor técnica. O edital estabelecia ainda o prazo de sessenta dias entre a sua publicação e a abertura do certame. Posteriormente, ao analisar o processo licitatório, um auditor do Tribunal de Contas da União verificou que haviam sido feitas exigências no edital que considerou questionáveis e que não haviam sido devidamente justificadas nos autos do processo. Naquele momento, e já firmado o contrato administrativo de R\$ 1.800.000,00, o auditor solicitou esclarecimentos à autoridade superior da estatal Gama acerca das exigências e opções constantes do edital de licitação.

Em face dessa situação hipotética, cada um dos próximos itens apresenta uma exigência ou opção, também hipotéticas, feita pela estatal no referido processo licitatório, seguida de uma justificativa dada pela autoridade superior da estatal ao auditor, que deve ser julgada certa se estiver em consonância com a respectiva legislação, ou errada, em caso contrário.

- 76 **Opção:** Fixação do prazo entre a publicação do edital e a abertura do certame em sessenta dias. **Justificativa:** A legislação pertinente não obriga a administração a estabelecer um prazo certo; ela apenas estabelece um prazo mínimo, mas não de forma taxativa e vinculante. Assim, o prazo de sessenta dias, estabelecido no edital, foi superior ao mínimo exigido.
- 77 **Exigência:** Comprovação, pela licitante, mediante declaração a ser apresentada antes da data do certame, de contar com profissionais de nível superior em seu quadro de empregados, cumulada com exigência de testagem e entrega às expensas da licitante, de pelo menos cinco unidades de determinado produto que seria utilizado na execução do objeto, devidamente lacrados, novos e sem uso anterior, no momento da licitação. **Justificativa:** Tal exigência fundamenta-se no direito, por parte da administração pública, ao exercício do seu poder discricionário de obrigar as licitantes ao que entender necessário para a comprovação da capacidade de execução do objeto, ainda que tal medida resulte em gastos para as empresas concorrentes.
- 78 **Opção:** Escolha da concorrência pública como modalidade de licitação. **Justificativa:** A concorrência pública é a modalidade adequada no caso de contratação de serviço de engenharia que não seja comum e apresente as características definidas no edital de licitação objeto da situação hipotética em apreço.
- 79 **Opção:** Fixação de preço máximo para o certame no edital. **Justificativa:** Tratou-se, no caso, de ato vinculado, pois o critério de julgamento utilizado foi o de melhor técnica.

Com relação à evolução da administração e a seu papel no contexto público, julgue os itens que se seguem.

- 80** O modelo burocrático, que conseguiu diminuir em grande parte a presença do patrimonialismo na administração pública, está orientado para resultados e focado no cidadão.
- 81** A concepção de interesse público, de acordo com a nova gestão pública, representa a agregação de interesses individuais e é um elemento fundamental para a compreensão das reformas administrativas necessárias ao país.
- 82** Uma distinção entre as últimas reformas do setor público e as anteriores é que, agora, a ênfase está na mudança de procedimentos e não mais na reestruturação organizacional.
- 83** As últimas mudanças percebidas na gestão pública consistem na presença de um governo empreendedor, que se distancia do modelo burocrático tradicional ao estimular a ação e a parceria com a sociedade.
- 84** No início do século passado, a escola clássica da administração foi sobreposta pela escola comportamental, a qual estuda a relação entre colaborador e trabalho.

Julgue os próximos itens referentes à função administrativa das organizações.

- 85** Apesar de as decisões programadas resolverem problemas organizacionais que já foram enfrentados e solucionados anteriormente, é necessário fazer diagnóstico, criar alternativas e escolher o curso de ação mais indicado sempre que um novo problema ocorrer.
- 86** As organizações são formadas por grupos de pessoas que buscam, deliberadamente, realizar um ou mais objetivos em comum, a partir da coexistência de duas formas de estrutura: a formal e a informal.

No que diz respeito a gestão de pessoas — especialmente aos processos de recrutamento e seleção, capacitação de pessoas e gestão de desempenho —, julgue os itens a seguir.

- 87** No processo de elaboração de treinamentos, a primeira etapa é a avaliação da ação, a qual representa o levantamento e a análise de necessidades e oferece subsídio à próxima etapa, que será a execução do treinamento.
- 88** O recrutamento de pessoal, processo que pode ser interno ou externo, tem por finalidade a captação de recursos humanos para a organização.

Acerca da qualidade da gestão nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 89** Eliminar a administração por objetivos e instituir um sólido programa de educação e autotreinamento são atividades elencadas por Deming, um dos principais expoentes da escola da qualidade.
- 90** O Modelo de Excelência da Gestão (MEG®) é um modelo de referência e aprendizado baseado em enfoques sistêmico e prescritivo, e, por isso, é adaptável a qualquer tipo de organização.

A respeito de gestão de projetos e processos, julgue os itens subsequentes.

- 91** Na administração de projetos, a estratégia de mitigar a ocorrência de riscos implica a adoção de medidas para eliminar as ameaças ao projeto.
- 92** A declaração de escopo é um elemento fundamental para a gestão de projetos, que permite ajustar as expectativas entre os interessados no projeto.
- 93** Na fase de planejamento, etapa comum aos mais conhecidos modelos de gestão de projetos, deve-se elaborar a estrutura analítica com objetivo de facilitar o controle e o monitoramento do trabalho a ser desempenhado.
- 94** Entre as atividades rotineiras de um escritório de projetos de nível operacional, estão a definição e criação de metodologias, técnicas, métricas e ferramentas.

Considerando que os possíveis valores de um indicador  $X$ , elaborado para monitorar a qualidade de um serviço de cabeamento residencial para a comunicação de dados, sejam elementos do conjunto  $\{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$  e que uma amostra aleatória de 5 residências tenha apontado os seguintes indicadores: 4, 4, 5, 4 e 3, julgue os próximos itens.

- 95** A amplitude total da amostra aleatória foi igual a 5.
- 96** A variância amostral dos indicadores observados foi igual a 0,5.
- 97** A mediana e a moda dos indicadores registrados na amostra foram iguais a 4.

Com relação aos princípios da arquivística, julgue os itens a seguir.

- 98** O princípio da territorialidade defende que os arquivos sejam mantidos, guardados e conservados nos locais onde foram acumulados.
- 99** Independentemente do suporte ou do gênero, o arquivo da TELEBRAS é formado por documentos produzidos e recebidos, resultantes do desenvolvimento de atividades dessa empresa.
- 100** Caso a TELEBRAS encerre suas atividades, o seu arquivo poderá ser doado a um centro de documentação ou de memória que trabalhe com o tema das telecomunicações.
- 101** O objetivo da norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE) consiste na padronização da descrição no Brasil, e na busca da elaboração de instrumentos que otimizem a localização dos documentos.

Julgue os próximos itens, referentes à gestão de documentos.

- 102** A condição necessária para a implantação de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos é a digitalização ou microfilmagem dos documentos.
- 103** A fase de produção do programa de gestão de documentos inclui a eliminação dos documentos de arquivo.
- 104** No registro, rotina da atividade de protocolo, é feita a identificação dos metadados dos documentos de arquivo.
- 105** A metodologia utilizada para elaborar instrumentos de classificação dos documentos de atividades meio e fim de uma instituição é diferenciada, visto que são documentos com naturezas distintas.
- 106** Uma ata de reunião da diretoria é um exemplo de tipo documental.
- 107** O acesso à informação é um direito constitucional regulamentado há poucos anos no Brasil; esse direito, para ser cumprido na sua totalidade, demanda o desenvolvimento de programas de gestão de documentos.

A respeito da atividade de controle interno, julgue os próximos itens à luz das disposições do Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission (COSO).

- 108** Para o aprimoramento dos controles internos, é importante que a organização adote um processo de controles internos com foco em todas as categorias de objetivos, a saber: operações, informações e *compliance*. Nesse sentido, caso uma organização sofra perdas patrimoniais mediante desvio de recursos tais perdas constituirão exemplo de deficiência de controles internos com comprometimentos de objetivos da categoria objetivos operacionais.
- 109** Caso uma organização venha a sofrer fraudes facilitadas pelo uso de relatórios gerenciais elaborados sem a observância de rotinas e padrões estabelecidos pela direção no tocante à confiabilidade dos dados utilizados nos relatórios e das respectivas fontes, então as deficiências dos controles internos comprometerão seus objetivos de *compliance*.
- 110** Caso uma organização venha a ser vítima de condutas que objetivem fraudar ou fragilizar seus controles, o aprimoramento dos controles internos dessa empresa constituirá uma medida efetiva para evitar que tais condutas se verifiquem novamente.

A Organização Sigma e Teta (OST) não vem alcançando na sua totalidade os objetivos estabelecidos em seu processo de planejamento estratégico e identificou como principal causa disso a fragilidade de seus controles internos, pois foram registradas diversas situações que, segundo suas análises, apontam para essa fragilidade e para a necessidade de medidas corretivas urgentes.

Com referência a essa situação hipotética e a aspectos correlatos, julgue os itens que se seguem à luz das disposições do COSO relativas a controle interno.

- 111** Caso ocorra uma fraude na OST e não seja possível identificar uma unidade responsável por detectar fraudes e desvios devido ao fato de tal unidade não estar prevista na estrutura organizacional da OST, tais fatos caracterizarão uma deficiência no componente informação e comunicação.
- 112** Se eventuais irregularidades detectadas não forem tempestivamente corrigidas por ausência de linha clara e efetiva de comunicação às unidades responsáveis pelo seu gerenciamento, então será necessário que a OST adote medidas para aprimorar o componente avaliação de riscos e, com isso, evitar a recorrência das referidas irregularidades.
- 113** Se ocorrerem desvios de recursos na OST devido ao fato de as operações serem realizadas, registradas, autorizadas, controladas e reportadas aos níveis superiores sob a responsabilidade de apenas uma unidade ou de um empregado ou dirigente, então haverá necessidade de adotar medidas corretivas no componente atividades de controle.

Ainda à luz das disposições do COSO relativas a controle interno, julgue os itens a seguir.

- 114** Para que o componente avaliação de riscos seja considerado efetivo, é necessário que a organização implemente ações de gerenciamento de riscos assim que os riscos sejam identificados.
- 115** Caso uma organização tenha o alcance de seus objetivos prejudicado pela ocorrência de alterações inesperadas no ambiente externo, como aumento da inflação e do desemprego, então ela precisará implementar melhorias no componente avaliação de riscos.
- 116** Para garantir a efetividade dos controles internos, a organização deve estar atenta para que cada componente funcione adequadamente de forma independente um do outro.

O monitoramento de atividades é um dos cinco componentes de controles internos estabelecidos pelo COSO. Ele tem objetivos bem definidos e procedimentos claros, e sua implementação depende, prioritariamente, de três aspectos básicos: a definição dos riscos relevantes, a seleção dos controles-chave e a identificação das informações necessárias. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 117** O processo de avaliação deve priorizar o uso de informações diretas no lugar das indiretas, pois as indiretas levam o avaliador a fazer apenas inferências sobre a adequação dos controles implantados. É classificada como informação direta aquela oriunda da observação do funcionamento dos controles durante as operações.
- 118** Os controles-chave são suscetíveis a falhas ocasionadas por diversos fatores, como necessidade de julgamento pessoal, complexidade e nível de automação dos controles.
- 119** As informações necessárias para o processo de monitoramento devem atender a alguns requisitos. A suficiência é um deles. É classificada como suficiente uma informação relevante para o processo de monitoramento, confiável relativamente à fonte geradora dos dados e tempestiva em relação ao período que se pretende avaliar.
- 120** Os procedimentos de monitoramento podem ser classificados em monitoramento contínuo ou avaliações em separado. O monitoramento contínuo utiliza informações diretas e indiretas e tem como exemplos de aplicação as atividades de conferência, comparação e supervisão direta sobre as operações.